

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 2	
FUNDAMENTOS: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL E OS PRINCÍPIOS INFORMADORES	21
2.1 Constitucionalização, Processo Civil e o (Neo)Processualismo	21
2.2 Do princípio do devido processo legal e do duplo grau de jurisdição	39
2.3 Dos princípios do contraditório e da ampla defesa	48
2.4 Da colaboração processual e a primazia no julgamento de mérito....	56
CAPÍTULO 3	
O REGIME JURÍDICO DA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	65
3.1 Origens: o despacho saneador nos Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973.....	65
3.2 Aspectos conceituais e a funcionalidade da Decisão de Saneamento e Organização do Processo no CPC de 2015.....	83
3.3 Audiência de saneamento compartilhado e o gerenciamento consensual do processo.....	102
3.4 Saneamento homologado: o negócio jurídico-processual e possíveis limites em matéria de saneamento, uma discussão necessária.....	108

CAPÍTULO 4**MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E CONTROLE RECURSAL
DA DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO
PROCESSO 121**

- 4.1 Sistema Recursal no CPC de 2015 e a utilização de
Precedentes como fonte do Direito 121
- 4.2 Particularidades da decisão de saneamento e organização: o
ajuste de saneador como sucedâneo recursal *versus* embargos
de declaração 131
- 4.3 A recorribilidade das decisões interlocutórias: agravo de
instrumento e a taxatividade mitigada nos casos de urgência
e/ou manifesto prejuízo 140
- 4.4 A estabilização da decisão de saneamento: preclusão *pro*
judicato? 149

CAPÍTULO 5**CONSIDERAÇÕES FINAIS 157****CAPÍTULO 6****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161****CAPÍTULO 7****JURISPRUDÊNCIA CITADA 171****CAPÍTULO 8****LEGISLAÇÃO E ENUNCIADOS CITADOS 175**